

FÓRUM DE CONTADORES

Novos Padrões Contábeis

PCASP – PARTE 1: ESTRUTURA PARA QUEM SEGUE A VERSÃO ORIGINAL DA 4.320

Para atender a necessidade de melhor evidenciação dos fenômenos patrimoniais exigidos pela nova contabilidade municipal, buscando uma linguagem padronizada nacionalmente, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Como qualquer plano de contas, o PCASP traz uma estrutura básica formada por um conjunto de contas previamente estabelecidas, que são utilizadas para registrar contabilmente os atos e fatos da administração pública municipal. Essa nova estrutura de contas deve ser adotada por todos os entes públicos brasileiros (Federal, Estadual e Municipal) a partir do exercício de 2014.

Estrutura do Plano de Contas Atual

Atualmente, vários Municípios, como os do Estado de Minas Gerais, utilizam planos de contas que observam ainda a estrutura original da Lei 4320/64, composto pelos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.

O sistema orçamentário é composto pelas previsões da receita e fixações da LOA – Lei Orçamentária Anual e a execução da receita e despesa. No encerramento do exercício, os saldos do sistema orçamentário são transportados para a geração do Balanço Orçamentário.

O sistema financeiro é composto pelas as movimentações orçamentárias e extraorçamentárias, disponibilidades iniciais e finais, contas de transferências financeiras (concedidas e recebidas) e contas de interferência financeira.

O sistema patrimonial é composto pelo Ativo Financeiro e Ativo Permanente; Passivo Financeiro e Passivo Permanente, Variações patrimoniais, Contas de Interferência Patrimonial e Contas de Compensação.

Sistema Orçamentário

Receita

Orçamento da Receita

Orçamento da Receita - Executivo

Atualização do Orçamento da Receita - Executivo

Receita Prevista

Execução Orçamentária da Receita

Transferência Financeira Recebida

Despesa

Orçamento da Despesa

Créditos Autorizados

Destaque de Créditos Concedidos

Destaque de Créditos Recebidos
Despesa Empenhada
Execução Orçamentária da Despesa
Créditos Orçamentários e Suplementares
Créditos Especiais
Créditos Extraordinários
Transferência Financeira Concedida
Previsão de Transferência Financeira
Previsão de Transferência Financeira a Conceder
Previsão de Transferência Financeira a Receber

Sistema Financeiro

Ativo Financeiro
Disponibilidades Livres
Caixa
Bancos e Correspondentes
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
Disponibilidades Vinculadas
Realizável
Diversos Responsáveis
Pendente
Passivo
Financeiro
Receita Orçamentária
Despesas Orçamentárias
Contas de Interferência
Interferência Financeira
Transferências Financeiras

Sistema Patrimonial

Ativo Permanente
Passivo Permanente
Patrimônio
Passivo a Descoberto
Contas de Resultado Patrimonial
Variações Patrimoniais
Variações Ativas
Resultantes da Execução Orçamentária
Independentes da Execução Orçamentária
Variações Passivas
Resultantes da Execução Orçamentária
Independentes da Execução Orçamentária
Resultado Patrimonial do Exercício

Contas de Interferência
 Interferências Patrimoniais
 Ativo Compensado
 Passivo Compensado

Ao longo dos anos, essa estrutura atendeu as necessidades dos registros exigidos pela Lei 4.320/1964, que estatuiu as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Para atender a nova contabilidade municipal, esse modelo adotado atualmente será totalmente reestruturado, passando a apresentar oito classes de contas.

Estrutura do PCASP

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura do PCASP foi elaborada de forma a identificar as contas segregando os valores gerados a partir de transações que serão incluídas na consolidação nacional das contas que será feita pela STN, e as que serão excluídas (saldos de transações intra e inter orçamento fiscal e de seguridade social – OFSS).

Por exemplo, no caso de uma transferência que ocorre entre unidades de um mesmo Município, pertencente ao OFSS, o registro contábil demonstrará que o valor resultou de uma operação intragovernamental, tanto na unidade transferidora como na unidade recebedora, o que possibilitará a exclusão dos saldos recíprocos quando ocorrer a consolidação contábil.

O PCASP tem a sua estrutura de contas composta por oito classes: Ativo, Passivo, Variação Patrimonial Diminutiva, Variação Patrimonial Aumentativa, Controles da Aprovação e Execução do Planejamento e Orçamento, Controles Devedores e Controles Credores, conforme modelo apresentado no Quadro 2:

<p>1 – Ativo 1.1 - Ativo Circulante 1.2 - Ativo Não Circulante</p> <p>3 – Variação Patrimonial Diminutiva 3.1 - Pessoal e Encargos 3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais 3.3 - Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo 3.4 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras 3.5 - Transferências Concedidas 3.6 - Desvalorização e Perda De Ativos 3.7 - Tributárias 3.9 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</p>	<p>2 – Passivo e Patrimônio Líquido 2.1 - Passivo Circulante 2.2 - Passivo Não Circulante 2.3 - Patrimônio Líquido</p> <p>4 – Variação Patrimonial Aumentativa 4.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria 4.2 - Contribuições 4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos 4.4 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras 4.5 - Transferências Recebidas 4.6 - Valorização e Ganhos Com Ativos 4.9 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>5 – Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento</p> <ul style="list-style-type: none"> 5.1 - Planejamento Aprovado 5.2 - Orçamento Aprovado 5.3 - Inscrição de Restos a Pagar 	<p>6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento</p> <ul style="list-style-type: none"> 6.1 - Execução do Planejamento 6.2 - Execução do Orçamento 6.3 - Execução de Restos a Pagar
<p>7 – Controles Devedores</p> <ul style="list-style-type: none"> 7.1 - Atos Potenciais 7.2 - Administração Financeira 7.3 - Dívida Ativa 7.4 - Riscos Fiscais 7.8 - Custos 7.9 - Outros Controles 	<p>8 – Controles Credores</p> <ul style="list-style-type: none"> 8.1 - Execução dos Atos Potenciais 8.2 - Execução da Administração Financeira 8.3 - Execução da Dívida Ativa 8.4 - Execução dos Riscos Fiscais 8.8 - Apuração de Custos 8.9 - Outros Controles

Quadro 2 – estrutura do PCASP

As classes de contas de Ativo e de Passivo basicamente mantém a mesma função do plano de contas anterior, registrando, respectivamente, os bens e direitos (Ativo) e as obrigações (Passivo) do ente Municipal. A mudança no PCASP se deu em relação aos grupos de contas dessas Classes, que passam a ser segregados em Circulante e Não-Circulante, e a retirada das contas de compensação, que passam a fazer parte de outra classe de contas.

As contas de resultado agora se resumem em duas: Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e Variação Patrimonial Diminutiva (VPD). Nessas contas passam a ser registradas, respectivamente, as despesas efetivas e as receitas efetivas, ou seja, as despesas e receitas que efetivamente afetem a situação líquida patrimonial (fatos modificativos) e os decréscimos e acréscimos patrimoniais.

Por exemplo, o pagamento de um serviço ou a doação de um bem será registrado como variação patrimonial diminutiva, porque reduzem a situação patrimonial líquida da entidade, modificando o patrimônio.

Já a compra de um veículo, que representa apenas uma mutação patrimonial (fato permutativo) não tem mais seu registro efetuado em contas de resultado, porque efetivamente representa apenas a permuta entre elementos patrimoniais. Com essa nova lógica de registro, não há mais o registro correspondente às mutações patrimoniais, antigamente contemplado nas contas de Variações Patrimoniais Ativas e Passivas.

As contas de controle orçamentário e de registro de atos potenciais anteriormente contemplados nos sistemas orçamentário e patrimonial do plano de contas atual, na estrutura do PCASP passam a ser registradas nas Classes 5, 6, 7 e 8.

No PCASP, as Classes 5 e 6 comportam, respectivamente, os registros dos Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento e dos Controles da Execução do Planejamento e Orçamento. Basicamente, nas Classes 5 e 6 passam a ser registradas as etapas da receita orçamentária (previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento) e as etapas da despesa orçamentária (fixação, empenho, liquidação e pagamento).

Finalmente, nas Classes 7 e 8 estão os controles de atos que potencialmente podem afetar a situação patrimonial da entidade pública, como os contratos firmados, antes registrados nas chamadas contas de compensação. As contas 7 e 8 também passam a registrar o controle de disponibilidade de recursos, exigência da nova contabilidade, que deve ser feito tanto para a receita (no momento da arrecadação) como para a despesa (comprometimento por empenho, por liquidação e pelo pagamento).

Se o sistema atualmente utilizado pela Prefeitura permitir a mudança da estrutura de contas atual pela nova estrutura, inclusive com a alteração dos códigos das contas, basta que ele seja adaptado. Caso contrário, é importante que a Prefeitura se prepare urgentemente para a troca do sistema, já que a migração de programas e a assimilação por parte dos operadores demanda tempo.

Na parte 2 será apresentada a lógica de **funcionamento do PCASP**.